

Carlos  
Marques da  
Silva

## Foi Você Que Pediu Uma Colecção de Referência?

*Com os melhores cumprimentos,*

*Carlos Marques da Silva*

Paleontólogo.

Assistente do  
Departamento de  
Geologia da Universidade  
de Lisboa.

Investigador do Centro  
de Geologia da  
Universidade de Lisboa.

Colaborador do  
Museu Nacional de  
História Natural da  
Universidade de Lisboa.

Sócio do Centro de  
Arqueologia de Almada.

Paleo.Carlos@fc.ul.pt  
<http://correio.cc.fc.ul.pt/~onsilva/>

**É** fatal como o destino! Em qualquer estudo paleozoológico ou arqueozoológico minimamente aprofundado, honesto e coerente chega uma altura em que é imprescindível consultar uma colecção de

referência de material paleontológico, osteológico ou malacológico. Porque isso é fundamental para a identificação de espécimes novos ou para a revisão de material clássico. É aqui que começa o calvário!

Procuram-se as colecções de referência de espécimes actuais, procuram-se os materiais que sabemos terem sido estudados no passado, e constata-se, amargamente, que, o mais das vezes, por uma razão ou por outra, pura e simplesmente já não existem... E o nossos espécimes ficam por identificar, o material clássico por rever e as nossas dúvidas por elucidar. Chega-se ao extremo de ser mais fácil e produtivo viajar para Barcelona, Paris, Londres ou Bruxelas para ter acesso a boas colecções de referência (por vezes, até para estudar material nacional clássico que em Portugal se perdeu irremediavelmente!), do que tentar encontrá-las nos nossos museus. Isto já para não falar das bibliotecas especializadas...

Em Portugal, as colecções de referência que não arderam literalmente, "arderam" metaforicamente. Ou se dissiparam em fumo, ou se desfizeram em pó. Para mal dos nossos pecados, é este, aparentemente, o destino "bíblico" destas colecções em Portugal: "do pó vieram e ao pó tomaram"!

"Mas para que raio servem essas bafientas colecções de referência de fósseis, de ossos e de conchas?", pergunta enfadado quem nunca delas necessitou e para as quais, conseqüentemente, não vê préstimo algum. Pois bem, as colecções de referência são um repositório de informação, não sob a forma de palavras ou de imagens, como num dicionário ou num atlas, mas sob a forma de objectos. Se perdermos os objectos, perdemos também a informação paleontológica, arqueológica e/ou biológica que eles encerram. Quem sabe se a salvação das colheitas do futuro não está já nas extensas colecções de sementes do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, ou se a chave para as nossas origens não se encontra já armazenada numa qualquer gaveta de museu, apenas esperando novos métodos de investigação para se revelar? E, sobretudo, quem está disposto a correr o risco de perder tudo isso, por mera indiferença ou incúria?

Há que dizê-lo com frontalidade, construir uma colecção de referência abrangente, coerente e, em última análise, útil, dá trabalho, muito trabalho, e consome tempo, muito tempo. É um facto, não há como escapar-lhe! Não se

constrói uma boa colecção do pé para a mão.

Uma boa colecção de referência é fruto de uma vida inteira de trabalho, de gerações sucessivas de investigadores e de conservadores de museu, de uma filosofia coerente e perene de investigação. É por isso que quando as que existem desaparecem, nós que as utilizamos, que penamos pela sua falta, nos sentimos como se tivéssemos perdido um amigo. Sim, porque as colecções de referência, tal como os bons amigos, são para as ocasiões.

Vivemos na Era do multimédia, num mundo de alta tecnologia e cada vez mais numa realidade virtual... A tecnologia é importante, imprescindível, mas não substitui a realidade. A tecnologia apenas a complementa e, quando bem empregue, valoriza-a. As figuras nos livros ou nos *cd-roms*, quando existem, não chegam. É fundamental não perder de vista que a informação está contida nos objectos reais, nos fósseis, nos ossos, nos artefactos arqueológicos e nos seus contextos, não nas suas cópias virtuais, por muito fiéis que sejam! Pensar que sim é "tomar a nuvem por Juno"! É a partir de fósseis reais, assim como de artefactos arqueológicos reais, e da sua investigação real que se constroem *cd-roms* virtuais, não o contrário.

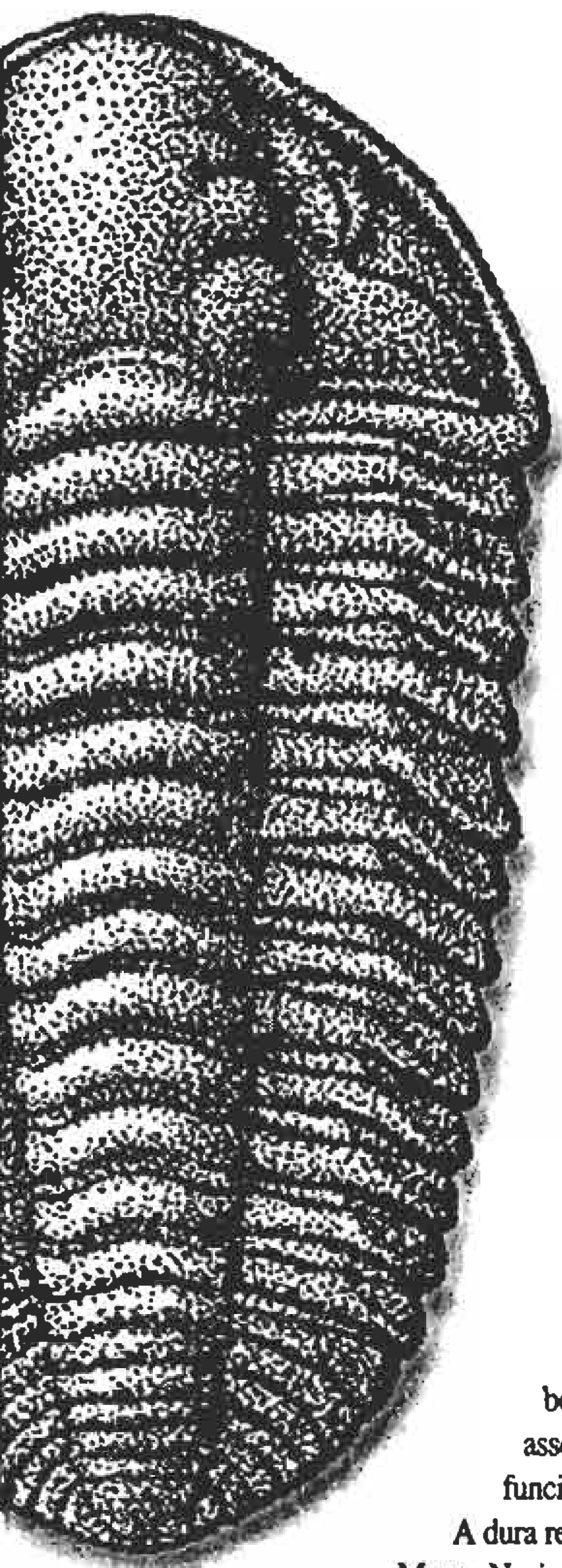
Nos últimos tempos, relativamente aos museus de história natural, parece ter-se instalado em Portugal uma caricatura da ideologia do "Grande Salto em Frente". Defende-se que a única solução para ultrapassar os atrasos do passado é transitar, em grande velocidade, do real para o virtual e do nacional para o local. A justificação é a mesma de sempre, quando nos tentam impingir algo que desafia o racional, mas que supostamente é para nosso bem: "É o que se faz actualmente no estrangeiro". Esquecem-se que "no estrangeiro" há colecções reais que funcionam e museus nacionais de história natural vigorosos e intervenientes.

Nada a opor aos museus locais, muito pelo contrário! Eles são úteis e são salutares. Desde que sejam, claro está, realmente museus e não apenas colecções privadas encapotadas (isto é, privadas de livre acesso aos investigadores, privadas de condições de conservação e de exposição, privadas de investigação adequada, enfim, privadas de dignidade e de futuro!). Por outro lado, e aqui é que bate o ponto, aonde vão esses museus locais buscar a experiência e a capacidade de investigação, quando não mesmo os investigadores, senão aos museus e às instituições nacionais?

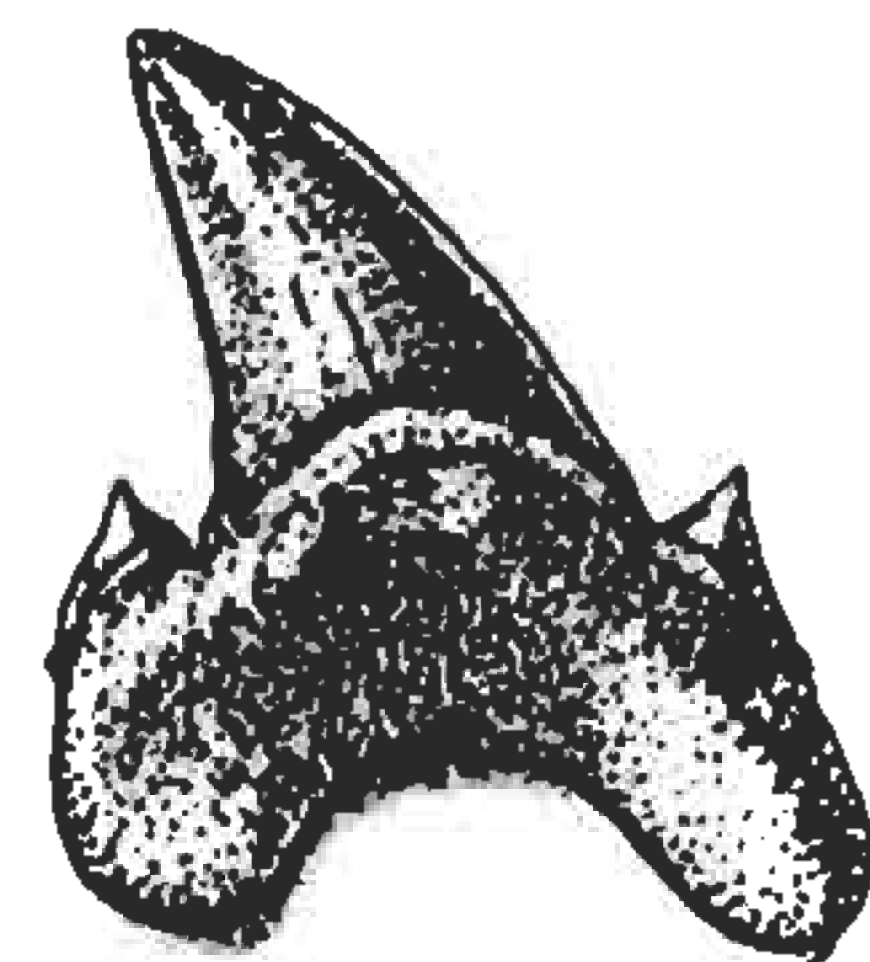
Continuamos, nesta matéria como noutras, a correr atrás de modas importadas, em vez de fazermos o que







*“É fatal como o destino! Em qualquer estudo paleozoológico ou arqueozoológico minimamente aprofundado, honesto e coerente chega uma altura em que é imprescindível consultar uma colecção de referência de material paleontológico, osteológico ou malacológico. Porque isso é fundamental para a identificação de espécimes novos ou para a revisão de material clássico. E é aqui que começa o calvário!”*



realmente tem de ser feito, isto é, dotar museus e instituições de investigação de boas condições de trabalho e assegurar o seu cabal funcionamento a longo prazo.

A dura realidade é que (re)erguer um Museu Nacional de História Natural a sério dá muito mais trabalho, consome muito mais tempo e recursos e requer muito mais experiência e saber que juntar meia dúzia de fósseis, ou do que quer que seja, a curto prazo, num “museu” local. E, ainda por cima, se calhar, dá menos visibilidade mediática...

O estado das colecções paleontológicas e zoológicas de referência em Portugal não é, pois, senão reflexo fiel do estado e da (in)constância da investigação nacional nesses domínios. Cada país tem as colecções que merece! É certo que também há sucessos, mas resultam, maioritariamente, do génio esporádico e/ou do empenhamento pessoal dos investigadores e não de uma verdadeira cultura ou de uma política de investigação nacional. Cabe aqui salientar, por exemplo, a constituição, de raiz, de uma colecção de referência arqueozoológica presentemente em curso no Centro de Investigação em Paleoeologia Humana <sup>1</sup> (Instituto Português de Arqueologia) e o esforço hercúleo de inventariação informática (e, sobretudo, de resgate ao pó), das colecções arqueológicas e paleontológicas clássicas do Museu do Instituto Geológico e Mineiro <sup>2</sup>. Que tenham sucesso, por muitos e bons!


Ao contrário do que se passa em outras paragens por esse mundo fora, onde prevalece a cultura da preservação e da valorização do património, em Portugal predomina uma crença bacoca na “diminuição dos custos a

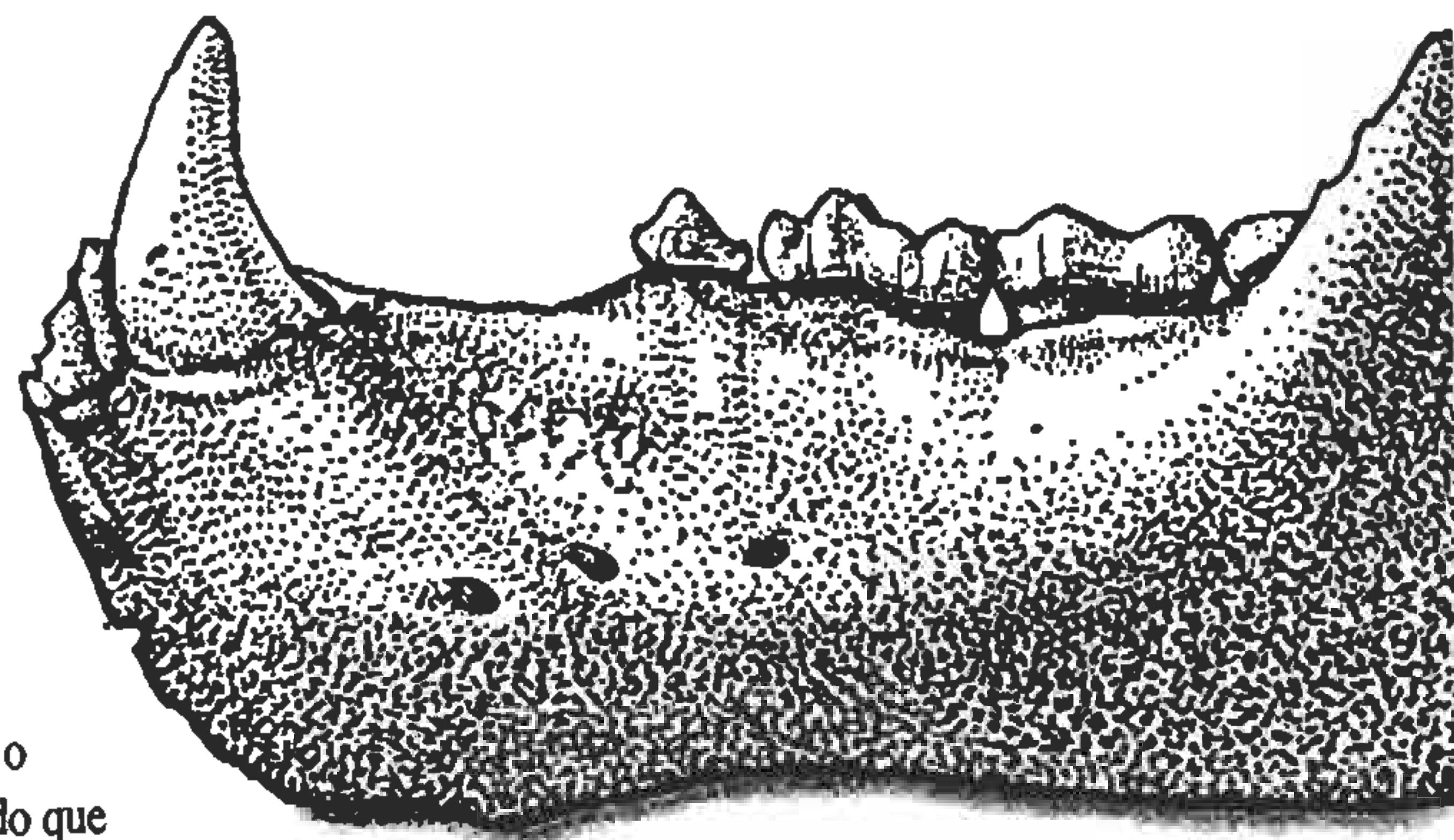
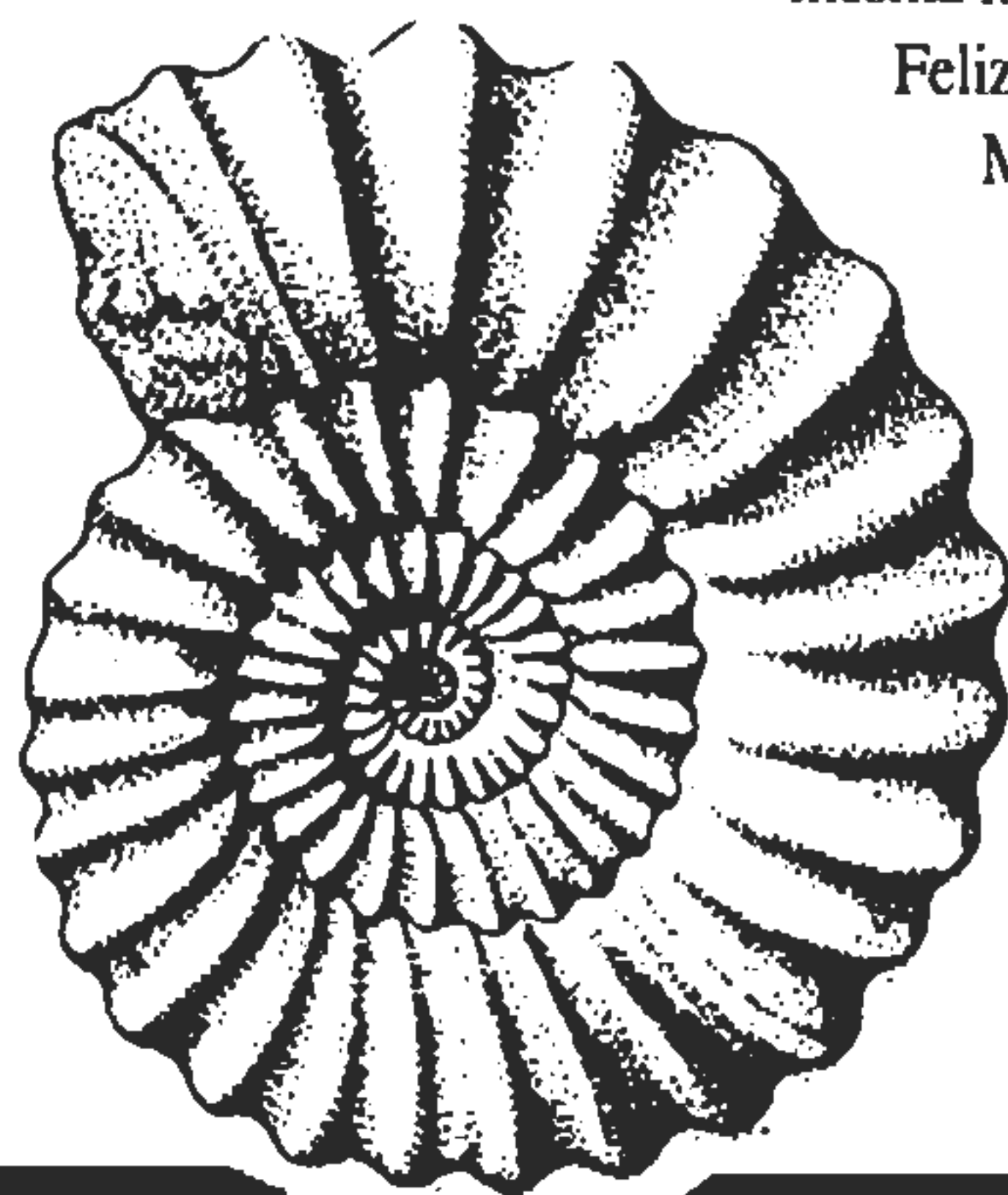
todo o custo”. Esta birra nacional assenta no paradoxo de que é mais económico deixar apodrecer um património que levou décadas a recolher e no qual, no passado, se investiram milhões para o organizar e o valorizar, do que gastar alguns tostões no presente para o conservar.

E assim, perante a indiferença de quem tem o poder e a responsabilidade de inverter a situação, as nossas colecções, o nosso património, o nosso passado (e, conseqüentemente, parte do nosso futuro), desvanece-se. É certo que a indiferença nasce de causas muito diversas, mas o mais das vezes é da ignorância.

P.S. – Em jeito de balanço. Há um ano atrás falou-se aqui de Património Paleontológico <sup>3</sup>. Por essa altura foi entregue no Ministério da Ciência e da Tecnologia, na pessoa do Ex.º Sr. Ministro Mariano Gago, o relatório do Grupo de Trabalho para o Património Paleontológico. Um ano volvido, os resultados são, ainda, nulos. Continua a não haver legislação protectora específica. Continua a não haver projectos de investigação em Paleontologia aprovados. Enfim, continuamos à espera... Também continuamos na mesma no tocante à divulgação da Paleontologia.

Felizmente, a “Geologia no Verão” (uma iniciativa do MCT, nessa altura já no seu segundo ano e sem qualquer relação com o relatório do GTPP), mantém-se, pelo terceiro ano consecutivo.

Valha-nos isso! 



Setembro de 2000  
Carlos Marques da Silva

<sup>1</sup> <http://www.ipa.min-cultura.pt/cipa>.

<sup>2</sup> <http://www.igm.pt/principal.htm>.

<sup>3</sup> Ver SILVA, C. M. da (1999) – “Património Paleontológico Português”. *Al-madan*. II Série. 8: 12-13.